



e-mail: gab.ajoaquim@tce.mt.gov.br

PROCESSO : 12.480-0/2017

PRINCIPAL : SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES

RECORRENTES : EDUARDO CAIRO CHILETTO
CIRO PINTO DE ARRUDA SIQUEIRA GONÇALVES

ADVOGADOS : MURILO DE MOURA GONÇALVES – OAB/MT 21.863
EVERALDO MAGALHÃES ANDRADE JÚNIOR – OAB/MT 14.702
EMMANUEL ALMEIDA DE FIGUEIREDO JÚNIOR – OAB/MT 6.820

ASSUNTO : RECURSOS ORDINÁRIOS

RELATOR : CONSELHEIRO ANTONIO JOAQUIM





GABINETE DO CONSELHEIRO

Conselheiro Antonio Joaquim Moraes Rodrigues Neto

Telefone(s): (65) 3613-7531/37534

e-mail: gab.ajoaquim@tce.mt.gov.br

É o relatório.

II – Fundamentação

4. Com fundamento nos artigos 363 e 364¹ do Regimento Interno deste Tribunal de Contas – RITCE/MT (Resolução Normativa 16/2021-TP), passo a efetuar o juízo de admissibilidade do recurso ordinário, sem adentrar no mérito das razões veiculadas, em virtude deste juízo singular inicial de conhecimento não se prestar a tal fim.

5. De acordo com os artigos 351 e 356 do RITCE/MT, a petição do recurso deve observar os seguintes requisitos: I) interposição por escrito; II) apresentação dentro do prazo de 15 (quinze) dias; III) qualificação indispensável à identificação do interessado, se não houver no processo original; IV) assinatura por quem tenha legitimidade para fazê-lo; V) apresentação do pedido com clareza, inclusive e se for o caso, com indicação da norma violada pela decisão recorrida e comprovação documental dos fatos alegados.

6. No caso em apreço, verifico que os recursos preenchem os requisitos para suas admissões e normais processamentos, pois foram interpostos por partes legítimas, devidamente qualificadas, por advogados constituído nos autos.

7. Além disso, observo que os recursos ordinários foram apresentados de forma tempestiva, pois o Acórdão 372/2022 - PP foi publicado em 18/11/2022, com a data final para interposição de recursos até o dia 13/12/2022 (Certidão - Doc. 263280/2022), tendo os recorrentes protocolado suas peças recursais no último dia do prazo citado, 13/12/2022 (Docs. 279914/2022 e 279922/2022).

¹ Art. 363 O Recurso Ordinário será juntado ao processo respectivo e encaminhado para sorteio eletrônico de um Conselheiro, sendo vedada a distribuição do recurso ao Relator do processo originário e ao Revisor da decisão recorrida.

Art. 364 O novo Relator será competente para o juízo de admissibilidade do recurso, de modo que, não sendo o mesmo admitido, o processo será encaminhado ao setor competente para publicação da decisão monocrática. Parágrafo único. Contra a decisão do juízo negativo de admissibilidade caberá Agravo.





GABINETE DO CONSELHEIRO

Conselheiro Antonio Joaquim Moraes Rodrigues Neto

Telefone(s): (65) 3613-7531/37534

e-mail: gab.ajoaquim@tce.mt.gov.br

III - Dispositivo

8. Diante do exposto, constato o atendimento dos pressupostos de admissibilidade impostos nos artigos 351 e 356 do Regimento Interno deste Tribunal – RITCE/MT (Resolução Normativa 16/2021-TP), e **CONHEÇO** os recursos ordinários citados, recebendo-o em ambos os efeitos, suspensivo e devolutivo, nos termos do artigo 365 do regimento interno.

9. Por conseguinte, encaminhem-se os autos à Secretaria de Controle Externo de Recursos, para análise do mérito recursal, nos termos do artigo 351, §2, do Regimento Interno do Tribunal de Contas de Mato Grosso.

10. Após, retornem-se os autos a este Gabinete.

Cuiabá/MT, 1º de fevereiro de 2023.

(assinatura digital)¹

Conselheiro **ANTONIO JOAQUIM**
Relator

¹ Documento firmado por assinatura digital, baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, nos termos da Lei Federal nº 11.419/2006 e Resolução Normativa Nº 9/2012 do TCE/MT.

